

NOTÍCIAS AFRICANAS 20

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 19 A 25 DE JULHO DE 1993

ÁFRICA DO SUL

A violência cotidiana como legado do 'apartheid'

O fato de a África do Sul apresentar níveis de violência estranhos aos padrões convencionais da vida política de qualquer país ocidental espanta os analistas da crise sul-africana. Indaga-se acerca da viabilidade institucional de um país com tantos e traumáticos impasses. O número de vítimas nos eternos conflitos internos sul-africanos é encarado como o retrato exato da crise vivenciada há anos pela África do Sul. Atentados políticos, milícias armadas e assassinatos compõem um quadro de extrema brutalidade.

Não é costumeiro contextualizar a violência política vendo-a o como legado das várias décadas de *apartheid*. Antes do advento do reformismo de De Klerk, a violência era um prolongamento natural da política. O quadro de opressão deixava poucas alternativas para iniciativas pautadas no diálogo. Ilegais, os movimentos de contestação ao *apartheid* eram obrigados a atuar na clandestinidade, utilizando os únicos instrumentos apropriados em tais circunstâncias. Várias gerações de sul-africanos foram introduzidos na política assimilando tais premissas, vendo a violência como algo inevitável, um instrumento legítimo de atuação.

Tais aspectos, reiterados no tempo, provocaram o surgimento de uma cultura baseada na instrumentalização política cotidiana da violência. As evidências colhidas na atual conjuntura permitem constatar o pleno funcionamento dessa cultura. Os números da violência são caudatários do tipo de prática política

adotada na África do Sul. A vigência de valores forjados durante o período de luta direta contra o *apartheid*, admitindo a utilização de métodos violentos no âmbito da política, ainda hoje embasa a execução de tal prática.

Parte da sociedade sul-africana desconhece os caminhos pelos quais são resolvidos os conflitos nas democracias liberais. Muitos sul-africanos experimentam toda a inabilidade inerente àqueles que desconhecem os valores articuladores das democracias: o diálogo e a tolerância. Isso retira a possibilidade de resolução inteiramente pacífica da crise. A natureza repetidamente violenta do jogo político na África do Sul é um legado pífido do *apartheid*, cuja eliminação está condicionada à assimilação dos referidos valores.

Os momentos historicamente cruciais de hoje na África do Sul tornam especialmente premente e temerária a questão da violência política. No entanto, é necessário salientar que os níveis dessa violência, embora sejam estereotípicos quando comparados com os padrões ocidentais, são compatíveis com aqueles verificados durante a história recente da África do Sul. Encarar a crise sul-africana tendo como referencial exclusivamente o número de mortes da semana pode ser enganoso, porque a violência faz parte do *modus vivendi* da África do Sul. Portanto, a compreensão da crise sul-africana não pode ser atingida estudando-se apenas os aspectos violentos dessa crise.

Roquinaldo Amaral Ferreira

Tome nota

• A intervenção dos capacetes azuis da ONU em Angola é necessária e urgente, afirmou o representante de Portugal nas negociações de paz, embaixador António Monteiro. Para o embaixador Monteiro, é hora de as Nações Unidas "abrirem os cordões da bolsa" e assumirem um real poder arbitral que não chegaram a ter até agora. Ele acrescentou que se não for possível trazer Savimbi à mesa de negociações, será preciso, então, estudar os "condicionamentos militares", o que aliás já foi previsto na reunião da Organização de Unidade Africana (OUA), em junho, no Cairo.

• As eleições gerais na Guiné-Bissau foram, finalmente, marcadas para um período compreendido entre 20 de março e 3 de abril de 1994. Essa é a proposta da Comissão Nacional de Eleições, apresentada ao presidente "Nino" Vieira, que a colocará em discussão na reunião do Conselho de Estado, órgão máximo do poder executivo do país.

• Adiada a cimeira em Moçambique entre o presidente Chissano e o líder da Renamo, Dhlakama, que seria realizada em Maputo, em 17 de julho. Desde março passado que o líder rebelde posterga esse encontro, que será o primeiro entre eles desde a assinatura do acordo de paz em Roma, em 4 de outubro do ano passado. Dhlakama também vem adiando uma visita a Portugal, onde aliás residem sua esposa e filhos.

• A cláusula triplo-zero deve cair, permitindo ao governo angolano adquirir livremente o armamento que precisa para se defender da Unita, que jamais obedeceu à cláusula presente nos Acordos de Bicesse. Por sua parte, os Estados Unidos já liberaram a venda de "material não letal" a Luanda. O congressista norte-americano Robert Torricelli disse em Lisboa que Savimbi "tem de ser parado", mas acrescentou: "uma coisa é dizê-lo, outra é fazê-lo."

• A nova divisão do território sul-africano, mesmo sem estar definida, já possibilita especulações eleitorais. Partindo do pressuposto de que as províncias serão em número de sete, o *Foreign Report* analisa as possibilidades. Vitória de uma coligação entre o Partido Nacional (no governo atual) e o Inkatha em Natal. Dividida em três a província do Cabo, o Partido Nacional ganharia com o voto dos *coloureds* (mestiços) no Cabo Ocidental, onde eles constituem 60% da população. Já no Cabo Oriental venceria tranquilamente o ANC, que ganharia também no Transvaal. Por sua vez, o Cabo Nordeste, poderia dar a vitória a uma coligação entre o Partido Conservador e o povo majoritário na região, os *twanas*. No Orange, não é certa mas provável uma vitória do ANC, que também ganharia em Pretória e, claro, seria o vitorioso na luta pelo governo central. O importante porém é saber qual o desenho definitivo das províncias e qual o peso de sua autonomia política e econômica.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

CABO VERDE

- Feira de Cabo Verde satisfaz AIP (Pág. 2)

GUINÉ-BISSAU

- Soares 'puxa as orelhas' a Bissau (Pág. 3)

MOÇAMBIQUE

- Números da Aids em Moçambique (Pág. 3)
- Braço-de-ferro sobre a "soberania" da Renamo (Pág. 3)
- Outras notícias nas páginas 3, 4 e 5

ÁFRICA DO SUL

- The end of the beginning (Pág. 5)
- Liz Taylor ao lado de Mandela (Pág. 6)
- Outras notícias nas páginas 5 e 6

ANGOLA

- Angola, que futuro? (Pág. 7)
- Vagas no ensino público crescem 9,6% (Pág. 8)
- 120 mortos em Malanje (Pág. 8)
- Cuíto: portugueses querem sair (Pág. 8)
- Entrevista de António Monteiro (Pág. 9)
- ONU negocia repatriamento (Pág. 10)
- Angolanos e timorenses têm acesso ao superior (Pág. 10)
- Regresso ao Huambo (Pág. 10)
- Alioune Beye pressiona Savimbi (Pág. 12)
- Polícia mata português (Pág. 12)
- Outras notícias nas páginas 8, 9, 10 e 12

PÚBLICO, 27 93

Feira de Cabo Verde satisfaz AIP

OS RESPONSÁVEIS da Associação Industrial Portuguesa (AIP) manifestaram-se satisfeitos com os contactos realizados durante a I Feira Internacional de Cabo Verde, que terminou ontem, na Cidade da Praia. O certame, inaugurado na quarta-feira e visitado por milhares de pessoas, foi organizado por aquela associação e, segundo os seus promotores, marca uma nova fase no relacionamento entre Portugal e Cabo Verde, ainda que sectores empresariais locais tenham criticado a sua realização distante do Mindelo.

"A feira foi um êxito por ter permitido o estabelecimento de novos contactos entre os operadores portugueses e cabo-verdianos, tendo em vários casos resultado em novos negócios", disse ao PÚBLICO o vice-presidente da AIP, Rogério Caiado, que se deslocou a Cabo Verde.

Paralelamente ao evento, decorreram na Cidade da Praia e no Mindelo várias outras actividades, como palestras e encontros, versando temas sobre as oportunidades de negócios em Cabo Verde. De uma maneira geral, as autoridades locais procuraram sensibilizar os operadores portugueses a investirem no país, mostrando-lhes as garantias e as vantagens dessa opção.

O facto de Cabo Verde pertencer à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental — um mercado de cerca de 200 milhões de consumidores — ou de possuir

estabilidade política, para além de uma mão-de-obra relativamente alfabetizada, são alguns dos factores que, segundo os governantes anfitriões, poderão contribuir para atrair o investimento estrangeiro.

Por outro lado, Portugal é há muito o principal parceiro económico desta sua antiga colónia africana. De acordo com dados oficiais, o balanço das trocas comerciais entre os dois países é largamente positivo a favor de Lisboa. Nos últimos três anos, a Cidade da Praia importou uma média anual de 7,4 milhões de contos, tendo as importações portuguesas ficado em cerca de 400 mil.

No que diz respeito aos investimentos de Portugal em território cabo-verdiano, eles registaram cifras de 106 e 222 mil contos em 1990 e 91, respectivamente, tendo contudo caído no ano passado para 22 mil contos, mesmo assim quase o dobro do verificado em 1989.

Ainda segundo Rogério Caiado, a próxima feira deverá contar com a participação de operadores dos Estados Unidos, Rússia, China e Argélia, para além de outros países, alargando-se assim o leque desta iniciativa, que contou agora apenas com as presenças de empresas de Portugal, Cabo Verde, Senegal e Canárias.

De entre os 53 expositores portugueses presentes, o nome da Marconi foi sem dúvida o mais sonante. Luís Eça Pinheiro, um dos seus responsáveis, confirmou ao PÚBLICO o interesse da sua empresa em participar na privatização do sector das telecomunicações dos CTT de Cabo Verde, cujo o arranque se prevê para breve.

"Cabo Verde tem sido para nós um importante mercado em termos de tráfego telefónico", acrescentou Eça Pinheiro. É que o elevado número de emigrantes cabo-verdianos espalhados pelo mundo tem contribuído para que Portugal seja o principal cliente dos CTT locais, depois dos Estados Unidos, onde vive a maior comunidade cabo-verdiana no exterior, avaliada em cerca de 400 mil pessoas.

Segundo o responsável da Marconi, o interesse da sua empresa não se esgota nas privatizações das telecomunicações de Cabo Verde. "Temos uma grande experiência em termos de cooperação com a África e o Brasil. Em São Tomé e na Guiné Bissau participamos no capital de várias empresas locais, por exemplo. Queremos fazer o mesmo em aqui."

A Feira Internacional de Cabo Verde, cuja realização se verificará de dois em dois anos, enquadra-se nos esforços da Cidade da Praia para liberalizar a sua economia. Várias outras medidas têm sido adoptadas de modo a atrair o capital estrangeiro,

ocupando as empresas portuguesas uma maior predominância em termos de interesse.

O Banco de Fomento Exterior anunciou entretanto, durante o certame, que abrirá brevemente uma sucursal na Praia a fim de apoiar iniciativas empresariais luso-cabo-verdianas. Aliás, o sector bancário é uma das áreas em que o Governo local tem agido, estando previsto para o próximo mês o início de actividades do primeiro banco comercial do país, após o que se lhe deverão seguir outros, nos próximos tempos.

Apesar da animação proporcionada por esta feira, a sua realização não foi de todo um assunto pacífico. O facto de as anteriores "feiras de produtos portugueses", promovidas igualmente pela AIP, se terem realizado no Mindelo fez com que as "forças vivas" desta cidade tivessem protestado contra a localização da I Feira Internacional na capital.

De igual modo, alguns sectores do empresariado cabo-verdiano criticaram a forma como este evento acabou por ser organizado. Tirando isso, a Cidade da Praia não deixou de sentir os efeitos positivos do certame, havendo uma satisfação mais ou menos generalizada por parte dos seus participantes e visitantes. ■

José Vicente Lopes



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinado Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Giocélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial). We ask exchange.

Soares 'puxa as orelhas' a Bissau

EXPRESSO, 2.7.93

MÁRIO Soares criticou vivamente o regime de Nino Vieira, em audiência concedida ao primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Carlos Correia, na semana passada. O Presidente da República manifestou a sua estranheza pelo facto de as eleições continuarem sem data marcada — soube o EXPRESSO junto de fontes diplomáticas — e condenou, num tom que uma fonte classificou como «nada diplomático», a prisão de dois dirigentes oposicionistas. Surpreendido pela severidade das observações feitas pelo chefe de Estado português, Carlos Correia garantiu que a vontade de Bissau é de promover eleições o mais rapidamente possível, mas não se comprometeu com datas.

Na audiência estavam presentes ainda o ministro dos Negócios Estrangeiros de Bissau, Bernardino Cardoso, o embaixador da Guiné em Lisboa, Adelino Mano Quetá, e um assessor do chefe do Governo. Soares lamentou que a Guiné-Bissau fosse praticamente o último país africano de expressão portuguesa a não realizar eleições democráticas. Enalteceu, a propósito, os exemplos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Mesmo Angola,

terá dito Soares, foi capaz de realizar eleições, apesar da guerra civil, que, entretanto, recrudesciu. Quanto a Moçambique, o PR manifestou-se convicto de que, após os acordos de Roma e garantido que seja o fim da guerra civil, será possível uma transição pacífica para a democracia.

Eleições só em 1994?

As eleições na Guiné-Bissau, anunciadas de há muito, continuam sem data marcada. Aliás, só na quinta-feira é que tomaram posse os últimos membros da Comissão Nacional de Eleições — estrutura que deverá ser obrigatoriamente ouvida pelo Presidente Nino Vieira, antes de este marcar a data das eleições. Também o recenseamento está por fazer, faltando igualmente aprovar o diploma sobre a participação dos observadores internacionais no processo eleitoral. A falta de recursos financeiros para organizar as eleições e o início da estação das chuvas (que se prolonga até Setembro) fazem admitir que o sufrágio só terá lugar no próximo ano.

Um dos pontos referidos por Soares foi o propósito ini-

cial do partido no poder, o PAIGC, de colocar nos locais de voto tantas urnas quanto os partidos concorrentes. Esta intenção, que chegou a constar da lei eleitoral, já foi ultrapassada, mas Soares não se coibiu de frisar que a democracia implica o voto secreto, só possível com urna única.

O Presidente criticou também a prisão de dirigentes de partidos da oposição, como João da Costa — presidente do Partido para a Renovação e Desenvolvimento e, à data da detenção, coordenador do Fórum Democrático, a estrutura que agrupa os partidos oposicionistas — e Tagme Na Way, do Movimento Bafatá, e um dos 12 condenados à morte do chamado processo de Paulo Correia, em 1986 (tendo a pena sido comutada em prisão perpétua). João da Costa foi preso em 17 de Março último, com mais 40 oposicionistas, por alegada conspiração contra o Estado.

Detidos sem mandado de captura e sem acusação for-

mal, só na fase final os detidos tiveram a assistência de advogado. Estas detenções levaram Soares — que em Lisboa tem recebido todas as lideranças políticas guineenses — a dirigir-se por escrito a Nino Vieira. Ao mesmo tempo, o secretário de Estado português da Cooperação, Briosos e Gala, adiou, sine die, a sua anunciada deslocação a Bissau, onde iria tratar, entre outras matérias, dos trabalhos da Comissão Mista, que não se reúne há mais de dois anos.

Significativamente, João da Costa e Na Way foram libertados na tarde de 14 do corrente, horas depois de o primeiro-ministro ter chegado a Lisboa. Correia veio a Portugal pedir apoio para a Guiné ultrapassar a gravíssima crise económica em que está submersa. O dirigente guineense procurou ainda sensibilizar Soares e Cavaco Silva para os problemas com que se tem debatido o processo de transição para a democracia.

ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU — As primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau deverão realizar-se entre 20 de Março e 3 de Abril de 1994, caso o Presidente Nino Vieira aprove uma proposta nesse sentido elaborada pela Comissão Nacional de Eleições, noticiou a agência Lusa. A data das eleições, legislativas e presidenciais, que encerrariam o já longo processo de transição democrática iniciado em 1990, tem sido sucessivamente anunciada e adiada. Hoje, reúne-se em Bissau o órgão supremo do país, o Conselho de Estado, com um único ponto na ordem de trabalhos: marcação das primeiras eleições pluralistas. PÚBLICO, 4.7.93

PÚBLICO, 4.7.93

... e 786 registados em Moçambique

O MINISTÉRIO da Saúde de Moçambique registou a existência de 786 casos de sida no país, de 1987 a Maio de 1993, embora só haja um laboratório em Maputo, em condições de identificar o vírus. O estudo de um conjunto de testes revelou uma tendência para o aumento de seropositivos. Foram tantos durante os seis primeiros meses do ano corrente como durante todo o ano passado. O presidente do Programa nacional contra a sida, Evertino Barreto, afirma que a guerra civil criou condições favoráveis ao avanço da sida no país, por ter desfeito milhares de famílias e ter impedido centenas de milhares de pessoas de terem acesso aos cuidados de saúde primários. A percentagem de população atingida pela sida rondará os cinco por cento, num total de 16,6 milhões de pessoas. Evertino Barreto anunciou o relançamento, no mês corrente, de um programa contra a sida nas regiões fronteiriças. Disse ainda esperar que a Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA cumpra a promessa feita em Janeiro a Moçambique de envio de 2,5 milhões de preservativos, um produto completamente esgotado no país. ■

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

Notícias
AFRICANAS

LIGUE 531-2000,
RAMAL 259

Braço-de-ferro sobre a "soberania" da Renamo

PÚBLICO, 7 7 93

O BRAÇO-DE-FERRO que se está a travar entre o Governo moçambicano e a Renamo, em torno das 19 pessoas detidas na base de Salamanga pelo movimento de Afonso Dhlakama, constitui o culminar de uma série de pequenos conflitos, que se têm multiplicado, sobre a questão da administração das zonas actualmente controladas pela Renamo.

Está em causa um ponto-chave do processo de paz, a que o exemplo de Angola deu muito maior premência. A dúvida está em saber até que ponto a Renamo tem autonomia administrativa nas zonas que controla militarmente. Os dirigentes do movimento, a começar pelo seu presidente, Dhlakama, defendem que o Acordo de Roma consagra o princípio das "duas administrações".

O Governo, por seu lado, afirma que o Acordo é claro em que há apenas uma administração no país, a que tem sede em Maputo.

A Renamo baseia-se na alínea d) do ponto 9 do Protocolo V do Acordo, segundo a qual, no pe-

ríodo que vai da entrada em vigor do cessar-fogo até à tomada de posse do novo Governo, as duas partes acordaram "no princípio de que as instituições previstas pela lei para o exercício da administração pública nas zonas controladas pela Renamo deverão fazer uso, unicamente, de cidadãos nelas residentes, podendo estes ser membros da Renamo". Na mesma alínea se estipula que "o Estado deverá dar a tais cidadãos e às instituições que dirigem respeito, tratamento e apoio necessários para o exercício das suas funções, na base da estrita igualdade e sem quaisquer discriminações [...]"

Previa-se ainda que o relacionamento entre o Ministério da Administração Estatal e a administração das zonas controladas pela Renamo fosse feito "através de uma Comissão Nacional, composta pelas partes, para facilitar a colaboração e o bom entendimento". A referida comissão, composta por quatro representantes de cada uma das partes, deveria ter entrado em funções

15 dias após a assinatura do Acordo Geral de Paz.

Segundo a direcção da Renamo, dado que ainda não foi criada a Comissão Nacional, o movimento mantém a administração exclusiva das zonas que controla. Por seu lado, o Governo considera esta interpretação do Acordo uma falsificação, motivada pelos interesses políticos de Afonso Dhlakama.

Em defesa da sua posição, o Governo invoca o Protocolo I (Dos Princípios Fundamentais), em que a Renamo se compromete, a partir do cessar-fogo, a "conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes e no respeito das condições e garantias estabelecidos no Acordo Geral de Paz".

O Governo invoca ainda outros pontos do Acordo, designadamente os que afirmam que "as partes reconhecem que a administração pública na República de Moçambique, durante o período entre a entrada em vigor do cessar-fogo e a tomada de posse do novo Governo, continuará a obedecer à lei em vigor e a ser exercida através das instituições previstas na lei"; e que "garantem às comissões previstas no Acordo Geral de Paz, aos representantes e funcionários das instituições do Estado previstas na lei e seus funcioná-

rios, acesso a qualquer lugar do território nacional para onde tiverem necessidade de se deslocar em serviço, bem como o exercício do direito à livre circulação em todos os lugares não restritos por qualquer medida, diploma ou norma legal".

Note-se ainda que o Acordo proíbe, a partir da data do cessar-fogo, qualquer acção para "restringir e impedir injustificadamente a livre circulação de pessoas e bens".

Segundo o Governo, todos estes pontos são postos em causa quando a Renamo impede a actuação, nas suas áreas, dos partidos políticos emergentes e, principalmente, da Frelimo; quando proíbe a actuação dos madeireiros e caçadores nas províncias de Manica e Sofala ou quando proíbe a acção dos lenhadores na província de Maputo.

O caso dos 19 cidadãos retidos, incluindo um deputado e membro da Comissão Permanente da Assembleia da República, é apenas mais um passo na escalada; e a intransigência da Renamo em não libertar os detidos está a fazer deteriorar a situação de forma significativa, sem que as comissões do Acordo de Paz pareçam capazes de ultrapassar o problema. ■

João Ferraz, em Maputo

"Pirata" moçambicano confessa crimes

O DESERTOR do Exército moçambicano que desviou no domingo um avião da Royal Swazi Air, de Maputo para Joanesburgo, terá confessado à polícia sul-africana que matou dois polícias antes de tentar fugir para a Austrália, noticiou a agência Lusa. O moçambicano, revelaram as autoridades sul-africanas, conseguiu introduzir no Fokker-38 uma espingarda Ak-47 num grande saco com biscoitos de cão. O "pirata do ar", Hernâni Vinte Zacarias, 23 anos, será julgado no próximo dia 20. Zacarias compareceu ontem no tribunal de algemas nos pulsos, correntes nas pernas e com a cabeça entrapada por uma ligadura, a cobrir o ferimento de bala com que foi atingido antes de ser preso. Um piloto e um passageiro foram igualmente feridos na operação policial. A juíza exigiu a presença de um intérprete dado o réu não falar nem inglês nem afrikander, comunicando num português "muito difícil". ■

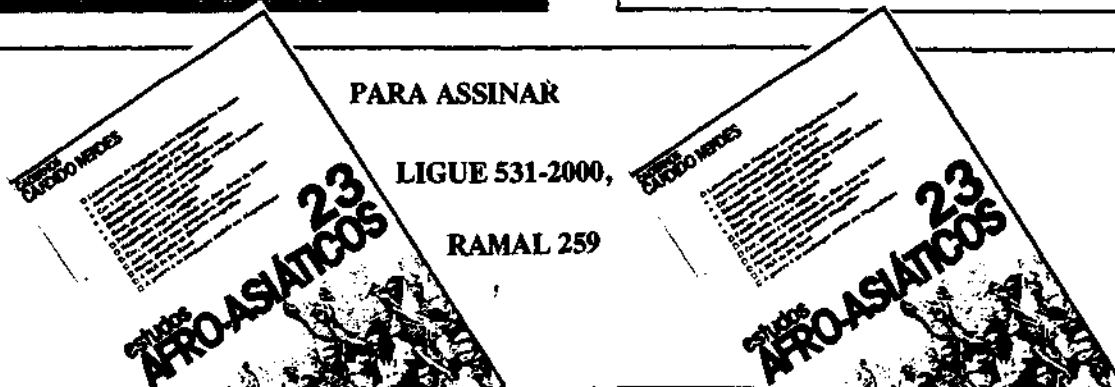
PÚBLICO, 8 7 93

CIMEIRA MOÇAMBIQUESA NO PRÓXIMO SÁBADO — O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, deverá ter, no próximo dia 17, uma cimeira em Maputo com o Chefe de Estado moçambicano, Joaquim Chissano — disse ontem ao PÚBLICO um alto funcionário daquele partido, coronel Joaquim Vaz, segundo o qual a agenda da reunião está a ser preparada pelo seu colega Raul Domingos e pelo assessor presidencial Francisco Madeira. Esta deverá ser a primeira vez que Dhlakama vai à capital desde que, no fim da década de 70, assumiu a direcção da guerrilha contra o regime liderado por Samora Machel, e de que Chissano era o ministro dos Negócios Estrangeiros. E a primeira vez que os dois homens se encontram desde que, em 4 de Outubro do ano passado, um pouco contrafeitos, assinaram o Acordo Geral de Paz para Moçambique penosamente negociado em Roma, com mediação do diplomata italiano Mario Raffaelli, do arcebispo da Beira e da Comunidade de Santo Egidio, devidamente apoiados pela ONU, Estados Unidos e Portugal. Contudo, o Jornal de Domingo do Canal 1 da RTP noticiou ter apurado, "junto de Joaquim Chissano", que Dhlakama lhe teria manifestado, ontem de manhã, a sua indisponibilidade para este encontro. Desde Março que esta cimeira está a ser aguardada e deverá servir para dar mais consistência à aplicação do Acordo de Paz, de modo a que dentro de 16 meses se possam realizar as eleições legislativas e presidenciais que o documento de Roma, entretanto actualizado, previa já para Outubro deste ano. Entretanto, para Setembro está agora prevista uma visita — já várias vezes adiada — de Dhlakama a Portugal, onde residem sua mulher e filhos. PÚBLICO, 7 7 93

PARA ASSINAR

LIGUE 531-2000,

RAMAL 259



PIRATA AÉREO HOSPITALIZADO EM JOANESBURGO — O pirata aéreo que, na tentativa de fugir de Moçambique, tentou desviar, domingo à noite, um avião da Royal Navy para a Austrália encontra-se hospitalizado em Joanesburgo, depois de ter sido atingido a tiro, quando as autoridades sul-africanas invadiram o aparelho, para pôr fim ao sequestro. Segundo fontes policiais da África do Sul, o indivíduo, de cerca de 30 anos, é lusófono e, aparentemente, encontrava-se sob influência de álcool quando, à mão armada, tentou desviar um Fokker-28 da transportadora área da Suazilândia. A nacionalidade do pirata aéreo não foi revelada pelas autoridades sul-africanas, mas, segundo a RTP-1, ele é moçambicano. O porta-voz da polícia da África do Sul disse que o indivíduo justificou o acto por precisar de escapar de Moçambique e do continente africano. Feridos em consequência da intervenção da polícia a bordo ficaram ainda o piloto do avião e um passageiro, também internados num hospital de Joanesburgo. O avião cumpria uma rota de Maputo para Manzani, quando o pirata aéreo, que embarcou no aeroporto de Malavene, exigiu, ameaçando com uma espingarda AK-47, que o piloto o levasse para a Austrália. A tripulação, argumentando que o avião não tinha autonomia para cobrir tal distância, logrou convencer o pirata aéreo a optar pela aterragem em Maseru, no Lesoto, onde a escala foi impossibilitada pelo não funcionamento das luzes da pista. Com o combustível a esgotar-se, o avião rumou então para o aeroporto de Jan Smuts, na África do Sul, onde mediante a intervenção policial foi posto fim ao sequestro. O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha, que se deslocou ao aeroporto de Jan Smuts, manifestou-se preocupado com a quebra da segurança no aeroporto de Maputo, onde os padrões estão abaixo do nível exigido. "Contactaremos o Governo de Moçambique para oferecer assistência para melhoras de segurança." PÚBLICO, 7 7 93

Mais sangue na África do Sul

CENTO E trinta mortos é o balanço de quatro dias de batalha entre adeptos do ANC e do Inkatha em vários locais da África do Sul, designadamente nos arredores de Joanesburgo e em vários locais das províncias do Cabo e do Natal. Reforços policiais e do exército foram ontem enviados para duas cidades dormitório na periferia de Joanesburgo, Thokoza e Katilehong, onde os confrontos prosseguiram ontem de manhã, com barricadas nas ruas, armas de fogo e bombas incendiárias. Este novo surto sangrento, o mais grave desde o assassinio do líder comunista Chris Hani, em Abril passado, coincidiu com o anúncio da marcação das eleições pluriraciais para Abril do próximo ano, tendo o ANC manifestado a convicção de que se trata de uma onda de violência "orquestrada" e de uma "tentativa de chantagem para retardar o estabelecimento da democracia". ■

Mortos na África do Sul

O NÚMERO de mortos na África do Sul ascende já a 144, segundo uma contagem feita ontem. Um porta-voz da polícia disse que dez corpos tinham sido encontrados durante a noite nos bairros negros de Katilehong e Thokoza, a leste de Joanesburgo. Outros doze foram entregues às autoridades policiais por familiares que, assustados com os confrontos dos últimos dias, só ontem se aventuraram a sair. Centenas de refugiados chegaram entretanto a um hospital em Katilehong, para escapar à onda de violência que atingiu os bairros negros. ■ PÚBLICO, 8 7 93

Atentado contra Mandela

UM HOMEM portador de uma espingarda e binóculos foi ontem detido pela polícia de Chicago, próximo do auditório onde Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC), ia discursar. Billy Davis, porta-voz da polícia, disse à agência Reuter que a vida do dirigente do ANC nunca esteve em perigo, mas não forneceu quaisquer indicações, nem sobre a identidade nem sobre os propósitos do detido. Mandela é um dos dirigentes sul-africanos de que depende o processo de democratização da África do Sul, que deverá conhecer o seu ponto mais alto com a realização das primeiras eleições multirraciais, em Abril do próximo ano, e o fim da violência política do país. A Comissão dos Direitos Humanos sul-africanos anunciou ontem que pelo menos 1387 pessoas morreram no primeiro trimestre deste ano, 94 delas só nos últimos oito dias. ■ PÚBLICO, 9 7 93

ÁFRICA DO SUL JÁ NÃO CONSTRUIRÁ MISSEIS — A África do Sul abandonou os projectos para o desenvolvimento de um sistema de lançamento de mísseis balísticos, anunciou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha. A decisão, anunciada numa conferência de imprensa, foi tomada "por motivos puramente comerciais". A 24 de Março, o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, anunciou o abandono do programa de armamento nuclear.

PÚBLICO, 1 7 93

The end of the beginning

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

THE ECONOMIST, 10 7 93

SOUTH Africa is being reshaped. Within ten months, if all goes well, it will have a new, popularly elected legislature. Lawyers are drafting an interim constitution to replace the present racially structured one. Cartographers are delineating new regions to replace the existing four provinces and the ten black "homelands".

That was the good news from the negotiating sessions late last week, when a decisive majority of the 26 parties involved accepted a compromise fixing next April 27th as election day and setting out the framework for constitution-making. But discord will break out again when negotiations resume on July 19th, and the interim constitution is tabled for debate. And—not by accident—the compromise was promptly followed by hideous days of political slaughter on the streets.

The compromise reached by "sufficient consensus" on June 30th sought to reconcile two quite different views of the way ahead. F.W. de Klerk's government and the African National Congress argued that the country's permanent constitution should be drawn up by a popularly elected constituent assembly. The conservatives, black and white, allied in the Concerned South Africans Group (Cosag), wanted it drawn up by the

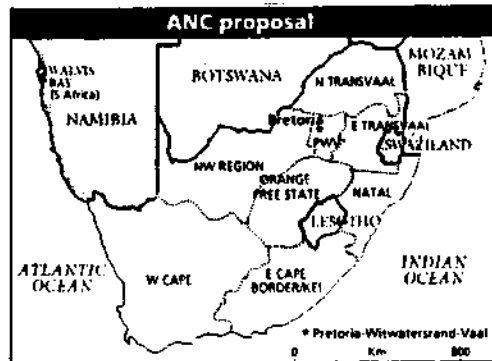
present group of negotiators.

Under the compromise, the negotiating council will approve, maybe with changes, an interim constitution drafted by a technical committee; the permanent one will be written by the body elected next April, which will also act as an interim parliament. But the new body will not have a free hand: it will be bound by "constitutional principles" adopted by the current negotiators.

To allay fears of domination by a powerful, probably ANC-controlled, central government, the resolution offered further guarantees: the new South Africa should have "strong regional government"; the final constitution would be adopted by "special majorities" rather than a simple majority; and a special court would oversee adherence to the constitutional principles.

Even so, Cosag was unhappy. On July 2nd, when the election date was confirmed, four of its six constituents voted against. The Afrikaner-based Conservative Party and the largely Zulu Inkatha Freedom Party walked

Continua na pág. 6



Liz Taylor ao lado de Mandela

PÚBLICO, 11 7 93

Jorge Heitor *

O ANC está disposto a transformar num grande espectáculo a campanha para as eleições sul-africanas do próximo mês de Abril, pelo que Nelson Mandela esteve já este fim-de-semana em Hollywood e deverá ser visitado daqui a dias, em Joanesburgo, por Michael Jackson e Elizabeth Taylor. O sangue continua a correr na África do Sul, mas o partido que se crê maioritário entende que "the show must go on".

O faustoso banquete dos 75 anos do líder do ANC deverá reunir no próximo sábado, num grande hotel de Joanesburgo, as vedetas internacionais Bill Cosby (que fará de mestre de cerimónias), Michael Jackson, Whitney Houston, Stevie Wonder e Elizabeth Taylor, entre outras — anunciou

ontem o "Saturday Star", segundo o qual se trata de mais uma oportunidade para o movimento recolher os fundos de que tanto necessita.

Nelson Mandela, que anda actualmente pelos Estados Unidos a pedir dinheiro para o Congresso Nacional Africano (ANC), com vista à campanha para a eleição de uma Assembleia Constituinte, já na sexta-feira jantou na Califórnia — nos estúdios da Sony — com a elite de Hollywood, incluindo Barbra Streisand e Sidney Poitier.

Ao chegar a Los Angeles, o homem que a comunidade internacional encara já como o eventual sucessor do Presidente Frederik de Klerk pedira para se reunir com Michael Jackson, a fim de debater com ele a situação na África do Sul. O rei da música pop não se fez rogado e compareceu à audiência acompanhado pela Taylor, que no passado se pronunciara contra o "apartheid".

Centenas de mortos

"As forças democráticas no nosso país necessitam de recursos para transformar em vitória as vantagens que indubitavelmente temos" — disse Mandela no jantar de Hollywood, durante o qual não lhe faltou o humor: "Não duvido de que me

vão dar os vossos livros de cheques para lá escrever aquilo de que necessito". E mais tarde contou à CNN que o seu apelo não caíra em saco roto, pois que houvera mesmo um dos presentes, não especificado, a contribuir com 30.000 dólares (mais de 4.800 contos) para a causa do ANC, que pretende alcançar pelo menos 61 por cento dos votos nas eleições de 27 de Abril.

Já houve pelo menos 150 mortos em cenas de violência desde que, há nove dias, foi confirmada a data das primeiras eleições livres em que poderão votar todos os adultos sul-africanos. Mas parece que tais actos, protagonizados por simpatizantes do ANC e do partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, foram localizados a certas regiões e não tiveram a chancela dos principais dirigentes de tais forças políticas, pelo que é de crer que não prosigam, pelo menos em larga escala.

De cada vez que na África do Sul há uma semana com largas dezenas de mortos logo se pensa que todo o processo está a ir por água abaixo e que não será de forma alguma possível assistir à democratização do país nos próximos quatro ou cinco anos. No entanto, as coisas lá vão andando, se bem que nem sempre ao ritmo mais desejado; e há ainda a esperança de não se

descambar num drama equiparável aos de Angola ou de Moçambique.

Alguns milhares de sul-africanos brancos, geralmente com boas aptidões profissionais, têm estado desde há meses a emigrar para outras paragens, como a Austrália, os Estados Unidos e o Canadá. Mas isso é apenas uma pequena percentagem dos cidadãos de origem europeia, entre os quais há uma 700 mil de ascendência portuguesa.

Nos últimos dias o preço do ouro subiu muito; e a África do Sul, que é um grande produtor, sentiu-se reconfortada com isso, na expectativa de que a sua economia ainda possa recuperar de uma década de grande crise e desempenhar o ambicionado papel de verdadeiro motor do desenvolvimento regional.

Complexidades do processo

A direcção do ANC tem seguido, de um modo geral, entender-se nos últimos tempos com o Partido Nacional, desde 1948 no Governo, de forma a que a transição para um regime democrático se faça do modo menos traumático possível. Acontece, porém, que há uma série de outras forças em jogo e

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 5

The end of the beginning

out. But they say they will be back to debate the interim constitution. Everything, for them, depends on that and on the shape of the new regions, to be fixed by a special demarcation committee.

The election will be held on a list basis, not the present first-past-the-post system. Half the new members will come from national lists, half from regional ones. So regional representatives will help to draft the final constitution. Regional elections will also produce regional governments to operate during the transition. The stakes are clearly high.

Except for the Conservatives' dream of an Afrikaner state, the debate over regions is unlikely to lead to acrimony. The government, with the National Party, has submitted two maps, one with seven regions, another, which it pre-

fers, with nine. The smaller Democratic Party proposes a very similar nine. The ANC proposes eight regions. The maps diverge in detail, but not in principle. All four maps concur on one point: the existing province of Natal should be one of the regions, as demanded—non-negotiably, he says—by the Inkatha leader, Mangosuthu Buthelezi. Linking the ostensibly independent state of Bophuthatswana with neighbouring territory to form one region should not cause too much fuss.

The trouble will come over the Conservatives' quest for an "independent" Afrikaner "state"—their words—within a confederation. The notion has already been firmly rejected by the negotiating council; Inkatha was particularly sharp about it. And others who like the idea of an Afrikaner homeland are readier than the Conservatives to accept demographic and political realities. The minor Afrikaner People's Union, for instance, is seeking a smaller Afrikaner polity within a federated South Africa, promising that it would grant citizenship to all its inhabitants, not just Afrikaners.

These differences will re-emerge when the transitional constitution is published. Its proposals on the powers and functions of regional governments will be scrutinised closely. Cosag wants wide powers for the regions, within a federal system. The government too favours a federal system. On this point, therefore, the balance at the negotiating table will alter. The ANC shuns the very word "federalism", fearing that devolution of too much power to the regions would render the central government powerless or even lead to secessions and the break-up of the country. The centre must be strong, it says. The ANC's chief negotiator, Cyril Ramaphosa, has already been accused by ANC militants of giving away too much; criticisms put into sharp focus by Tony Yengeni, a former guerrilla fighter, who has accused Mr Ramaphosa and his negotiating team of cowering under the table when Afrikaner extremist thugs invaded the negotiating premises on June 25th. Stung by such criticisms, Mr Ramaphosa is unlikely to be too accommodating.

Angola, que futuro?

Maria Adelaide Lucas Pires*

PÚBLICO, 5 7 93

Todos os dias a comunicação social portuguesa (jornais, rádios e televisões) dedica grandes espaços à tragédia angolana, sempre de uma forma mais ou menos apaixonada e a maior parte das vezes de uma forma alinhada com Luanda e o Governo de Lisboa, numa triste associação entre um regime totalitário e corrupto (em Luanda nada mudou desde 1975) e um Governo português preso a uns tantos negócios (de natureza económica e militar) e a uma mesma preocupação — a manutenção no poder, usando técnicas de desinformação ou de ocultação de verdades e de factos.

O papel de alguma imprensa tem sido, aliás, tanto mais prejudicial quanto se sabe que as peças pró-MPLA são transcritas na imprensa de Luanda, para tornar credíveis as afirmações da propaganda oficial. Todos vimos as indescritíveis reportagens da delegação da RTP em Luanda, transmitindo em directo para Lisboa tiradas da televisão angolana (imagem e texto!) ou quando para ilustrar batalhas como a do Huambo repetia imagens dos massacres da capital, sem nenhuma explicação, mas com objectivos óbvios!

As campanhas de desinformação que os dirigentes de Luanda desencadeiam numa forma sistemática e profissionalizada contam com a cobertura de Lisboa e assentam fundamentalmente em duas técnicas da manobra política: uma consiste em contar só o que convém, inventando factos, refazendo a história, mentindo sobre acontecimentos, datas e números; a outra, em repetir essas mentiras persistentemente, para que passem a ser verdade. E isto desde sempre, ao longo destes trágicos 17 anos de independência.

Se recuarmos um pouco lembramo-nos das acusações de antropofagia feitas em 1975 à FNLA, exibindo vísceras humanas roubadas nos hospitais para justificar as perseguições e massacres feitos contra aquele movimento (o mais forte, nessa época, no Norte de Angola). Em 1977, no célebre 27 de Maio e sob a capa de um golpe de Estado preparado por Nito Alves eliminaram milhares de angolanos, numa carnificina só igualada em Outubro/Novembro de 1992, em Luanda.

Nos últimos tempos, montaram toda a fraude eleitoral. (Desde quando é que uma ditadura deten-

tora do poder e de todo o aparelho de Estado organiza eleições livres? Ou já se esqueceu, por exemplo, o que se passava com as eleições portuguesas durante o anterior regime? E não havia guerra civil.) Posteriormente, fizeram espalhar a versão de que esta segunda fase da guerra se tinha desencadeado porque a UNITA não tinha aceite os resultados eleitorais; depois, que os massacres de Luanda (que o MPLA insiste em chamar "batalha de Luanda") foram em represália pela ocupação de alguns municípios por parte da UNITA, quando essa ocupação só se deu cerca de três semanas a um mês depois daqueles massacres (recorde-se que a UNITA demorou tempo a responder e reagir ao assassinato tão violento e traiçoeiro de grande parte da sua direcção política!).

Vem depois a sangrenta batalha do Huambo e a posterior saída dos portugueses que viviam naquela cidade do planalto central angolano.

Quanto à batalha do Huambo, cujas culpas foram totalmente atribuídas à UNITA assim como barbaridades várias (de que nunca se viu nenhum testemunho) convém lembrar alguns factos indesmentíveis. Por um lado, a UNITA estava já instalada no Huambo, onde viviam os seus principais dirigentes, e onde dispunha de uma confortável maioria (cerca de 85 por cento da votação de Outubro). Que sentido, portanto, é que tinha aquele movimento desencadear aí uma guerra? O Governo do MPLA é que pretendeu deslocar o movimento do Galo Negro da segunda mais importante cidade de Angola, eliminando o que restava dos seus dirigentes, numa operação militar violentíssima e semelhante à que tinha desencadado nos últimos tempos da primeira fase da guerra civil, em Mavinga.

É ainda importante que se diga que só a o MPLA dispõe de aviação militar e foram as descargas sistemáticas de bombas que os Migs governamentais fizeram sobre aquela cidade mártir que provocaram mais mortes e destruições que qualquer outra acção!

Por último, a saída dos portugueses (e outros estrangeiros) do Huambo: os portugueses viviam aí e foram apanhados no meio do conflito, como aliás acontece a tantos outros em outras cidades e povoações de Angola! E a situação existia já há meses, mas foi apenas utilizada como argumento político, quando, mais uma vez, se tornou necessário para reavivar ódios e continuar a dividir irmãos! Reféns são todos os estrangeiros e nacionais que não se podem deslocar de um lado para outro naquele grande país, porque há guerra generalizada e ninguém pode garantir a segurança de ninguém.

Já se esqueceu o que ia acontecendo ao anterior grupo de portugueses que a UNITA retirou do Soyo, quando tomou aquela localidade, que ao embarcarem na pista do Uíge foram bombardeados por Migs governamentais? E as declarações que fizeram à chegada? E já alguém imaginou o que seria se um avião com repatriados portugueses fosse abatido sobre território controlado pela UNITA?

Nesta guerra os únicos inocentes são as populações indefesas, que já tinham direito a usufruir um pouco da riqueza, da beleza e da tranquilidade que aquela terra pode proporcionar. Não se queira vestir a uns a pele do lobo e a outros a do cordeiro, ainda por cima daqueles que detêm há 17 anos o poder, a riqueza, o Exército, a Marinha, a Força Aérea e semearam apenas o caos!

E a Portugal de nada serviu a experiência do Alvor, violado em primeira mão pelo representante português em Angola, Rosa Coutinho, que publicamente o declara, entregando o poder apenas ao MPLA. Bicesse fracassou também e Portugal continua a ser parcial e a favorecer abertamente uma das partes, mais uma vez o MPLA, pondo lado a lado Rosa Coutinho e Cavaco Silva!

Com o desenrolar da guerra e com a UNITA a controlar cerca de 90 por cento do território angolano, os Estados Unidos de Bill Clinton reconheceram o Governo de Luanda e levantaram o embargo militar a Angola!

Para um homem da geração de 60 que fugiu à guerra do Vietname, a quantidade de erros políticos em apenas quatro meses é um mau indicio. A intervenção no Iraque é pouco explicável, a presença na Somália, que teve uma fase inicial prometedora, entrou numa fase conflituosa, não se prevendo como vai acabar. Querirá Clinton somalizar, ou antes, criar um novo e tão odiado Vietname em Angola? ■

* Fórum para a Democracia e para a Paz em Angola

Garante o ministério Vagas no ensino público crescem 9,6 por cento

PÚBLICO, 6 7 93

O MINISTÉRIO da Educação (ME) avançou ontem com a informação de que neste ano será registado um crescimento de 5,3 por cento nas vagas do ensino universitário público e de 18,2 por cento no ensino politécnico. Feita a média, os responsáveis adiantam que se verifica um crescimento de 9,6 por cento no ensino "tutelado exclusivamente pelo ME", apesar de estarem a circular informações segundo as quais o número de vagas diminuiria e que foram ontem, aliás, divulgadas no "Diário de Notícias".

Assim, em 1993, o Ministério da Educação garante que terá disponíveis 29.637 vagas, distribuídas entre o ensino universitário (18.984) e o politécnico (10.653). A este número juntar-se-ão cerca de 30 mil vagas do ensino superior privado e mais duas mil a serem preenchidas na Universidade Católica.

Dando seguimento à aposta no ensino superior politécni-

co frequentemente divulgada pelo Ministério da Educação, o crescimento percentual das vagas para o ensino superior público foi muito maior naquele tipo de ensino do que no universitário. Enquanto no politécnico se passa de 9011 vagas em 1992 para 10.653, no universitário há apenas um aumento de 959 vagas (passam de 18.025 para 18.984). De salientar que estes valores agora divulgados pelo ministério incluem, dentro do ensino universitário, o ensino de artes plásticas e "design", bem como as "instituições de ensino universitário não integrado".

Não obstante crescer 9,6 por cento em vagas, o Ministério da Educação espera que neste ano se verifique um decréscimo do número de candidatos. Refira-se, por fim, que o aumento do número das vagas do ensino superior público, ainda de acordo com a informação do ME, tinha sido de cerca de 4 por cento entre 1991 e 1992. ■

Continuação da pág. 6

Liz Taylor ao lado de Mandela

que todos terão de as ter em conta, mesmo que sejam minoritárias: o Inkatha, de base essencialmente zulu, que poderá aspirar a uns oito ou nove por cento do eleitorado, o Congresso Pan-Africano (PAC), da extrema-esquerda negra, e a Frente Popular Afrikaner (AVF), da extrema-direita branca.

É desejo de muitos dos colaboradores de Mandela e do Presidente De Klerk que a Assembleia Constituinte a eleger no próximo ano seja dominada por uma espécie de Bloco Central que represente mais de dois terços do eleitorado e que salve o país da maior parte das desgraças a que se tem assistido na África. Pois só assim seria possível capitalizar plenamente os vastos recursos existentes, as estruturas desenvolvidas durante o tempo da segregação racial e a capacidade de produzir bens de consumo, tanto para o mercado interno como para o externo.

Para que tal Assembleia seja de facto o primeiro símbolo de um Admirável Mundo Novo que quase todos querem ver na África do Sul no fim deste século, o ANC — de certo modo apoiado por De Klerk e pelos li-

berais do Partido Democrático — terá de se revelar durante os próximos 12 meses capaz de controlar os seus militantes mais exaltados e de negociar habilmente com as minorias. Pois caso contrário o sangue continuará a correr, a economia descarrilará e muitos brancos, assustados, pensarão em novos horizontes.

Portugal, apesar da distância de milhares de quilómetros, é um dos países que seguem com maior inquietação o que se está a passar naquele vasto e rico território da África Austral, formulando ardentes votos de que não se repita a desgraça de há 18 anos, quando centenas de milhares de brancos tiveram de deixar Angola e Moçambique.

Para isso, é preciso que não fique pela retórica a mensagem que Mandela transmitiu sexta-feira à juventude de Los Angeles, dizendo ser a mesma igualmente válida para os negros norte-americanos e para os sul-africanos: "Não-violência, compromisso e paciência". De molde a que a grande festa da democratização possa mesmo acabar em bem. ■

* com Steven Lang
em Joanesburgo

Durante o último fim-de-semana 120 mortos em Malanje

PÚBLICO, 6 7 93

PELO MENOS 120 pessoas morreram durante o último fim-de-semana na cidade de Malanje, capital da província do mesmo nome, no Norte de Angola, na sequência de bombardeamentos atribuídos aos rebeldes da UNITA pelas autoridades governamentais. Segundo a Rádio Nacional de Angola, os bombardeamentos causaram ontem à tarde ainda mais vítimas, mas agora na periferia da cidade.

A mesma fonte calculou que em Menongue, província do Cuando Cubango, palco também de violentos confrontos entre forças governamentais e de Jonas Savimbi, 20 pessoas tenham morrido no fim-de-semana. No domingo, 27

pessoas ficaram gravemente feridas depois de um ataque dos guerrilheiros aos subúrbios desta cidade do Sul angolano. Em Cuíto, a estação local da emissora oficial anunciou que mais de 85 por cento dos habitantes da cidade sitiada desde Janeiro padecem de anemia ou má nutrição.

Entretanto, em Luanda, o novo embaixador dos EUA, Edmond Djarnette, entrevistado pela comunicação social angolana, disse que Washington não deixará cair o Governo de Luanda, sublinhando que a ajuda humanitária e o desenvolvimento das instituições angolanas estão entre as prioridades da Administração norte-americana.

Cuíto: portugueses querem sair

CINQUENTA e seis dos 65 portugueses residentes no Cuíto (ex-Silva Porto) subcreveram uma petição em que manifestam o desejo de deixar esta cidade angolana, cercada há mais de seis meses pelas forças da UNITA. A petição — que, segundo a Rádio Nacional de Angola, controlada pelo Go-

verno de Luanda, circula no Cuíto já há alguns meses — leva ainda a assinatura de cidadãos búlgaros, cabo-verdianos e são-tomenses, perfazendo o número total de 83 estrangeiros desejosos de voltar aos países de origem, "até que Angola conheça melhores dias". ■ PÚBLICO, 6 7 93

UNITA ATACA SAURIMO — Elementos da UNITA atacaram a aldeia de Dimbi, situada a 15 quilómetros de Saurimo (ex-Henrique de Carvalho), capital da província da Lunda Sul, causando cinco mortos e três feridos, disse ontem à agência Lusa, em Luanda, uma fonte militar não oficial. Saurimo também foi atingida por morteiros de 81 milímetros. Em resposta ao ataque, que ocorreu na segunda-feira, e durante o qual ficaram ainda destruídas inúmeras habitações, as forças governamentais iniciaram uma operação de "limpeza" que provocou, entre os rebeldes angolanos, seis mortos e vários feridos. A "troika" de observadores do processo de paz angolano (Estados Unidos, Portugal e Rússia) reúne-se entretanto amanhã, quinta-feira, em Moscovo, para analisar a situação e, segundo uma fonte diplomática citada pela Lusa, adoptar "medidas que poderão ajudar o Conselho de Segurança da ONU a tornar mais eficaz a intervenção da comunidade internacional". PÚBLICO, 7 7 93

SAVIMBI TEM DE SER PARADO, AFIRMA CONGRESSISTA AMERICANO — O norte-americano Robert Torricelli, membro da Câmara dos Representantes, afirmou ontem em Lisboa que o líder da UNITA, Jonas Savimbi, "tem de ser parado". Torricelli, do Partido Democrata, falava numa sessão do Instituto da Defesa Nacional e caracterizou Savimbi como o agente que o seu país criou em Angola, mas que "está agora independente, a provocar destruição e a violar a lei internacional". Quanto à imposição que é, em seu entender, travar Savimbi, Torricelli observou que "uma coisa é dizê-lo, outra fazê-lo". Referindo-se a declarações atribuídas ao embaixador norte-americano em Angola, segundo o qual os Estados Unidos "não deixariam cair" o Governo de Luanda, Torricelli comentou que "gostaria que o embaixador não tivesse dito isso". E isto porque, justificou, é "má política" dizer uma coisa que não existe a possibilidade de garantir. Robert Torricelli, falando de "tragédia", fez notar que a identificação do movimento de Savimbi como responsável pela violação da legalidade "chegou provavelmente tarde de mais para fazer alguma diferença". Inclusive, acrescentou, "pode ser demasiado tarde mesmo para o próximo passo — fornecer material militar" a Luanda. PÚBLICO, 7 7 93

António Monteiro sobre Angola

PÚBLICO, 6 7 93

A ONU tem de abrir os cordões à bolsa

Fernando Sousa

As Nações Unidas têm de "abrir os cordões à bolsa", o Conselho de Segurança tem de enviar "capacetes azuis" para Angola, Jonas Savimbi tem de compreender que a opção militar não lhe vai trazer vantagens. Opiniões do embaixador António Monteiro, escutadas pelos diplomatas acreditados em Lisboa.

Ao cuidado do Palácio de Cristal, Nova Iorque: o reforço quantitativo e qualitativo das Nações Unidas em Angola é inadiável e o Conselho de Segurança deverá ponderar, já na sua reunião do dia 15, o envio de "capacetes azuis" para o território.

António Monteiro, representante de Portugal na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) e o convidado do último almoço da associação dos diplomatas acreditados em Lisboa, afirmou ontem que o papel da ONU em Angola teve "flagrantes falhas" e que da próxima reunião da "troika" de observadores, em Moscovo, destinada a avaliar a situação no país, deverá sair um recado claro: chegou o tempo das Nações Unidas "abrirem os cordões à bolsa" [a organização das eleições custou 132 milhões de dólares, contra os 400 milhões que já foram gastos no processo referendário, ainda por concluir, do Sara Ocidental] e assumirem o papel arbitral que

nunca tiveram no conflito.

Entre as funções que os soldados da paz deverão cumprir no terreno deverão estar nomeadamente tarefas de policiamento, controlo de armamentos, a eventual organização de uma segunda volta das presidenciais e a participação no encaminhamento dos auxílios humanitários às populações atingidas pela guerra. Mas nunca uma missão de interposição [como defende a UNITA] pois isso avalizaria uma situação de facto que não cabe à ONU sancionar.

António Monteiro, que teve palavras elogiosas para Margaret Anstee, recentemente substituída pelo diplomata maliano Alioune Blondin Baye como representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, elogiou também a CCPM: os comissários cumpriram com eficácia a sua missão de viabilizar as primeiras eleições angolanas, nunca deixaram de acompanhar as duas partes no processo, mas viram-se ultrapassados no dia em que a boa vontade e a boa fé dos beligerantes acusou uma trágica dessintonia.

Trunfos na manga

Que aconteceu? O diplomata fez a pergunta e resumiu a resposta: os perigos começaram a espreitar com a intensificação da campanha eleitoral, a UNITA guardou um braço armado, o Governo respondeu com o reforço do sector policial. Houve sinais claros de que as eleições chegariam rodeadas de grande tensão.

A "troika" foi ter, então, com Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos e sugeriu três coisas: integração dos dois exércitos antes das eleições; declaração de acei-

tação, pelo líder da UNITA e o Presidente angolano, do resultado do sufrágio; um Governo de reconciliação nacional. Os observadores receberam o acordo de princípio dos dois dirigentes mas provou-se depois que "não basta a boa vontade, é preciso a boa fé".

Os diplomatas ouviram depois dizer que a UNITA ficou abalada com os primeiros resultados eleitorais, pois fora convencida da "inevitabilidade da vitória". Mas que a ONU reconheceu o sufrágio como "geralmente" livre e justo depois das comissões de inquérito não terem confirmado ocorrência de fraudes relevantes. António Monteiro explicou que uma coisa é procurar que não haja vencedores nem vencidos no teatro de guerra, mas que, em eleições livres, é natural que uns vençam e outros não.

Seguiram-se os sangrentos acontecimentos de Luanda, a paralisação da CCPM, o fracasso nomeadamente da ronda de Abidjan, onde a organização rebelde angolana "não se manifestou preparada" para uma opção de paz. "Quando é que a UNITA vai entender que a opção militar não lhe vai trazer vantagens?"

António Monteiro terminou afirmando que os observadores estão empenhados em deixar aberta a porta do diálogo, até que Savimbi e Eduardo dos Santos se disponham a negociar. Mas disse também que, se isso não acontecer, é preciso estudar então "condicionamentos militares", medida aflorada, aliás, na última cimeira da Organização de Unidade Africana, no Cairo. Interrogado pelo PÚBLICO sobre o sentido da expressão, desdramatizou-a: "Sabe, eu sou pela razão, não pela força!"

Guerras na FLEC

O PRESIDENTE da FLEC-FAC, N'zita Tiago, mandou prender o chefe do estado-maior desta força de guerrilha, o histórico comandante Vítor Gomes, e dois outros oficiais superiores, revelou o representante daquele movimento em Kinshasa, Yumba di Tshibuka (José Martins de Oliveira). Num comunicado emitido domingo na capital zaireense, Tshibuka acusa Tiago de quer eliminar os seus colaboradores no terreno para "poder impor a sua ditadura". Tshibuka, a quem o líder da FLEC-FAC acusa também de conluio com os EUA e o governo de Angola, reconhece que estabeleceu contactos "com os angolanos e com a FLEC Renovada" (o outro movimento guerrilheiro com expressão em Cabinda, liderado por Tibúrcio Luemba), acrescentando que N'zita Tiago, que reside em Paris, "longe do 'maquis' cabinda", olha com pânico para uma eventual unidade dos independentistas, por recear ser contestado. ■

PÚBLICO, 7 7 93

NÃO
DEIXE
DE
ASSINAR



A COMISSÃO dos Refugiados do Huambo foi ontem recebida, durante 40 minutos, por Cavaco Silva, a quem agradeceu "a forma empenhada" como o primeiro-ministro e o Governo se interessaram pela sua situação. Constituída por Luís Gerardo, Manuel Pinto e Vítor Cavaco, a comissão pediu ainda a Ca-

vaco Silva que o Executivo não abandone os refugiados neste seu regresso a Portugal. Segundo Luís Gerardo disse ao PÚBLICO, foi o próprio primeiro-ministro a sugerir que os refugiados se dirijam à Direcção-Geral da Acção Social e aí apresentem os seus principais problemas. ■

PÚBLICO, 8 7 93

LIGUE
531-2000
RAMAL 259

Portugueses à espera no Cuíto e Menongue

ONU negoceia repatriamento

PÚBLICO, 8 7 93

A PARTICIPAÇÃO da ONU, da Cruz Vermelha Internacional e do Governo português numa operação de repatriamento dos cidadãos estrangeiros retidos na zona do Cuíto e do Menongue foi ontem discutida entre dirigentes da UNITA e Aranda da Silva, o enviado das Nações Unidas que chegou ao Huambo na tarde da última terça-feira.

O contributo de cada uma destas instituições para a operação de resgate dos estrangeiros que permanecem naquelas áreas, cuja larga maioria é constituída por portugueses, está ainda em aberto. Admite-se como mais provável, no entanto, que a operação venha a ser enquadrada no plano de auxílio humanitário da ONU.

A prevalecer esta opção, os mesmos aviões fretados pelas Na-

ções Unidas que levassem o auxílio ao Cuíto e ao Menongue — dois "enclaves" governamentais cercados por forças de Savimbi — transportariam os estrangeiros.

Cinquenta e seis dos 65 portugueses residentes no Cuíto assinaram uma petição em que manifestam o seu desejo de regressar a Portugal. Um número semelhante de cidadãos portugueses encontra-se no Menongue.

Paralelamente, a Cruz Vermelha, com o apoio do Governo português, continua a desenvolver esforços junto da UNITA para viabilizar mais um voo para o Huambo, onde um grupo de portugueses, cabo-verdianos e são-tomenses ainda espera por uma oportunidade de deixar a cidade. ■

Joaquim Trigo de Negreiros

Angolanos e timorenses têm acesso ao superior

PÚBLICO, 8 7 93

OS ESTUDANTES angolanos não residentes em Portugal podem neste ano, a título excepcional, entrar no ensino superior português através dos regimes especiais de ingresso. O diploma que determina estas condições foi já publicado em "Diário da República" e justifica-as com "a situação de guerra vivida na República de Angola". Terão também acesso ao ensino superior em Portugal os naturais e filhos de naturais de território sob administração portuguesa, mas temporariamente ocupados por Forças Armadas e Estados estrangeiros, situação que respeita aos timorenses.

O diário oficial dá ainda conta de todos os regimes especiais de ingresso que vigorarão em 1993-94. Têm direito a beneficiar deles os funcionários das missões diplo-

máticas portuguesas no estrangeiro e os familiares que os acompanham; os bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial e respectivos familiares; os oficiais do quadro permanente das Forças Armadas, no âmbito da satisfação das necessidades específicas de formação das FA; os bolseiros oriundos de países africanos de expressão portuguesa, ao abrigo dos acordos de cooperação; os funcionários estrangeiros de missões diplomáticas acreditadas em Portugal; e os atletas de alta competição.

De acordo com o gabinete de informações do Ministério da Educação, todos os candidatos numa destas situações terão lugar garantido no ensino superior português. ■

Cruz Vermelha recolhe cabo-verdianos e são-tomenses

Regresso ao Huambo

PÚBLICO, 9 7 93

Joaquim T. de Negreiros *

O aeroporto do Huambo vai voltar a receber um avião da Cruz Vermelha. Desta vez o objectivo é recolher cabo-verdianos e são-tomenses. A UNITA diz que não há mais portugueses. Lisboa diz que sim. E manda uma lista através da Cruz Vermelha.

Am avião da Cruz Vermelha Internacional deve aterrar hoje no Huambo para recolher um grupo de refugiados de nacionalidade cabo-verdiana e são-tomense. Os refugiados serão transportados directamente para S. Tomé pelo Hércules C-130 cuja saída de Luanda estava prevista para a manhã desta sexta-feira.

Os representantes da Cruz Vermelha que se deslocam ao Huambo para acompanhar o embarque aproveitaram para apresentar aos dirigentes da UNITA uma lista com nomes de cidadãos portugueses que ainda estarão naquela área. A lista foi elaborada pelo Governo de Lis-

boa, que estima em cerca de uma centena o número de portugueses ainda retidos no Huambo e na Cala.

A lista contradiz as informações da UNITA, segundo a qual todos os cidadãos portugueses no Huambo teriam já sido repatriados.

Mais estrangeiros no Cuíto

Entretanto, aumenta a pressão para o repatriamento de estrangeiros residentes na zona do Cuíto, um "enclave" controlado por Luanda e cercado pelos homens de Savimbi há mais de seis meses.

Admite-se que só após a retirada do Huambo de todos os estrangeiros que ainda permanecem naquela cidade se encare a possibilidade de proceder a acções de repatriamento noutras zonas do país, nomeadamente no Cuíto e no Menongue.

Segundo uma fonte do Governo provincial do Bié citada pela agência Lusa, o número de estrangeiros que já manifestou o desejo de sair do Cuíto aumentou para 215, depois de ter sido posta a circular uma petição assinada por 65 estrangeiros que solicitavam a sua evacuação. Dos signatários dessa peti-

ção, 56 são de origem portuguesa. De acordo com a mesma fonte, a UNITA continua a concentrar forças nos arredores do Cuíto, onde duas zairenses e uma angolana teriam sido mortas quando "procuravam alimentos para os filhos".

No Menongue, onde também se encontram portugueses à espera do repatriamento, a UNITA tem desenvolvido uma forte ofensiva militar nas últimas 48 horas.

As negociações para a

viabilização de uma operação de repatriamento no Cuíto e no Menongue não avançaram. Aranda da Silva, o funcionário da ONU que esteve no Huambo na última quarta-feira para uma série de contactos com a equipa de negociadores da UNITA que esteve em Abidjan, não chegou a abordar o assunto com os homens de Savimbi, ao contrário do que estava previsto. ■

* com Lusa

Cruz Vermelha: regresso ao Huambo

O COMITÉ Internacional da Cruz Vermelha (CICV) poderá organizar nos próximos dias um novo voo para o Huambo a fim de trazer mais estrangeiros que pretendam abandonar esta cidade angolana, noticiou a Lusa. Esse voo, o quarto a realizar-se desde a ocupação da cidade pela UNITA em Março, segundo uma fonte citada, "poderá realizar-se em breve, caso a situação o justifique." Quanto à situação dos 83 estrangeiros que pretendem abandonar Cuíto, (ex-Silva Porto), entre os quais se encontram 56 portugueses, a fonte do CICV admitiu a possibilidade da realização de uma acção idêntica à do Huambo, "caso sejam solicitados para tal". A situação que se vive nesta cidade "é diferente da que se vive no Huambo, pois ainda nem sequer foi possível lá levar ajuda humanitária". Adiantou que, caso algo se altere, coloca-se a possibilidade de se efectuar um voo de repatriamento dos estrangeiros que queiram abandonar a cidade. O Cuíto, a capital da província do Bié, é controlado pelas forças do Governo, mas está sitiada pela UNITA. ■

PÚBLICO, 8 7 93

FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA

LIGUE PARA 531-2000
RAMAL 259

ESTE É O SUMÁRIO
DO NÚMERO 24

NÃO DEIXE DE LER

Cor da pele e segregação residencial no Brasil 5
Edward E. Telles

Investiga a segregação residencial relativamente à cor da pele em 35 das maiores áreas metropolitanas brasileiras, a partir de dados do censo demográfico nacional de 1980, e discute as implicações dos resultados para as relações raciais brasileiras.

Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho 23

Nadya Araujo Castro

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Questionam sobre quais são as barreiras que se antepõem ao acesso dos negros ao emprego industrial e como se dá sua mobilidade ocupacional nas empresas modernas, a partir dos resultados de 22 *surveys* domiciliares realizados na Região Metropolitana de Salvador e de informações cadastrais sobre os funcionários de duas importantes empresas petrolíferas, uma estatal e uma privada.

Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial 61

Carlos Eugênio Líbano Soares

Busca levantar indícios que iluminem o caráter da participação política dos grupos de capoeiras na corte nos últimos 20 anos do regime monárquico, tendo como referência dois eventos que marcaram a histórias do Império: a Guerra do Paraguai e a abolição do cativo, em 1888. Procura ainda desvelar uma conexão política que ligaria o Partido Conservador e as maltas de capoeiras que infestavam a cidade do Rio.

José Bonifácio, o Iluminismo e a emancipação dos escravos 83

Gislene Santos

Demonstra que as idéias que norteavam o pensamento político de José Bonifácio de Andrada e Silva, no tocante à emancipação dos escravos, obedeciam a uma lógica que aproxima seu pensamento do dos ideais do Iluminismo/liberalismo europeu.

'Apartheid' e democracia racial: raça e nação no Brasil e África do Sul 95

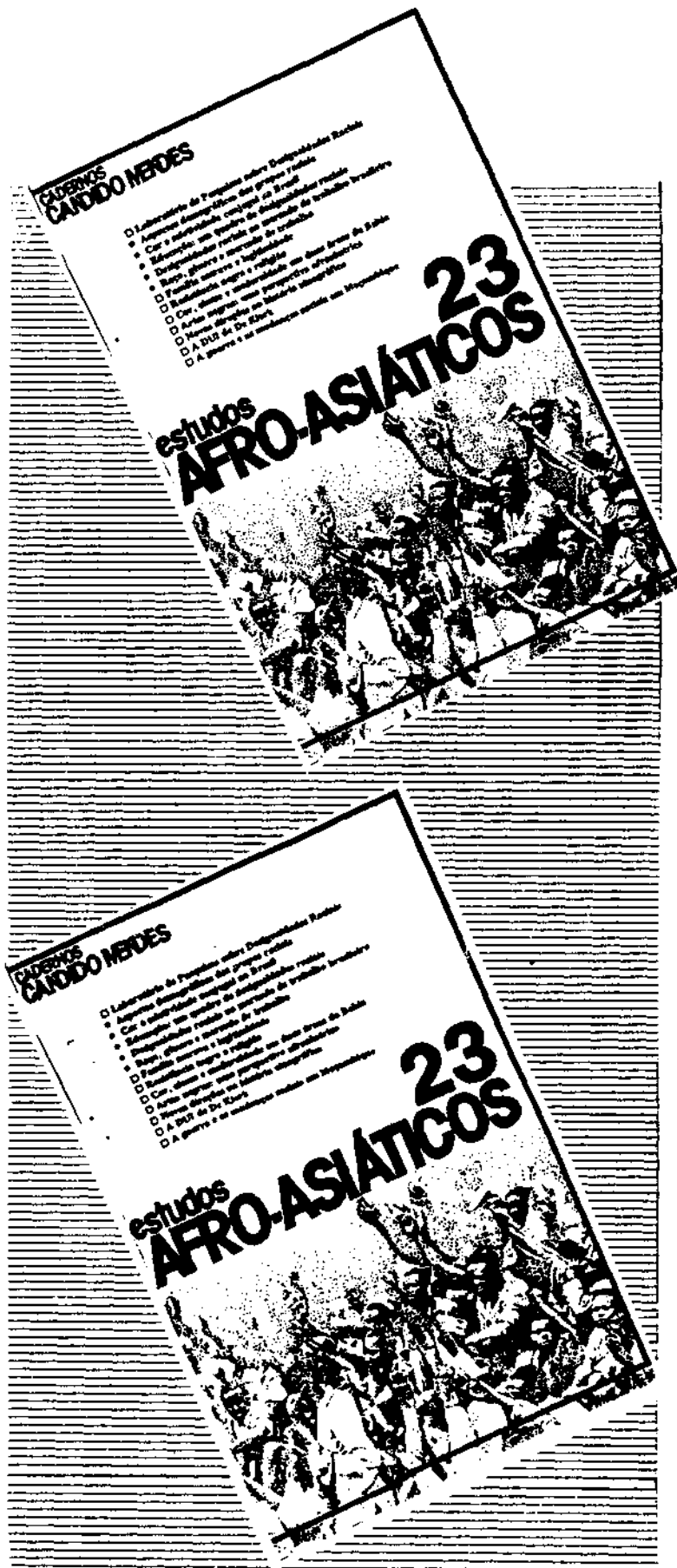
Fernando Rosa Ribeiro

Numa perspectiva comparativa, utiliza o conceito de ideologia para interpretar a tentativa de construir a nação na África do Sul e no Brasil e mostra que nos dois casos "raça" foi um conceito central. A razão dessa semelhança estaria mais na origem comum europeia das ideologias do que nas condições específicas dos dois países.

Moçambique: desestabilização, estado, sociedade e espaço 121

James Derrick Sidaway

Examina como a estratégia da vizinha África do Sul interagiu com a política do regime de Moçambique posterior à independência para gerar uma situação na qual o Estado moçambicano não pôde exercer a soberania em todo o seu território.



Alioune Beye pressiona Savimbi

O REPRESENTANTE especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, deslocou-se ontem a Huambo para se encontrar com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, anunciou, em Luanda, João Lins de Albuquerque, porta-voz da Unavem II (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola).

A mesma fonte disse que o encontro — o primeiro desde que Alioune Beye, antigo ministro dos Estrangeiros do Mali, substituiu a britânica Margaret Anstee nas funções de representante especial de Butros-Ghali em Angola — incidirá sobre a criação de "mecanismos" tendo em vista a retoma do diálogo entre o Governo e a oposição armada depois do malogro das negociações de Abidjan.

Alioune Beye encontrou-se já com o Presidente José Eduardo dos Santos, no princípio da semana. O chefe de Estado angolano disse então ao representante

do secretário-geral das Nações Unidas que o envio de "capacetes azuis" para Angola é uma hipótese que "deve ser examinada pela comunidade internacional".

O diplomata da ONU, que apresentará o seu primeiro relatório a Butros Butros-Ghali, a tempo da reunião do Conselho de Segurança do próximo dia 15, pretende ainda do líder da UNITA um "compromisso" sobre condições de segurança permitindo às organizações das Nações Unidas e às não-governamentais o encaminhamento dos auxílios humanitários às populações.

Ao Conselho de Segurança deverão dirigir-se também as conclusões dos três países observadores do processo de paz (Estados Unidos, Portugal e Rússia) que combinaram encontrar-se ontem, em Moscovo, reunião que os observadores consideram a mais dura de todas quanto à firmeza que a "troika" tenciona

mostrar à UNITA. Os observadores farão a análise da situação e o balanço de todos os esforços feitos até agora para que os beligerantes regressem à mesa das conversações. Uma fonte diplomática admitiu à agência Lusa, em Lisboa, que a "troika" adopte medidas susceptíveis de ajudar o Conselho de Segurança a tornar mais eficaz a intervenção da comunidade internacional.

O Conselho de Segurança deverá decidir no dia 15 o futuro da Unavem II, cujo mandato, já alargado duas vezes, termina então.

No terreno angolano, entretanto, a guerra não dá sinais de abrandamento. Violentos combates entre forças governamentais e rebeldes ocorreram ontem de madrugada na cidade da Gabela, província do Cuanza Sul, disse à Lusa uma fonte não oficial. A mesma fonte disse que a estratégia da UNITA é tomar o Sumbe (ex-Novo Redondo) e

PÚBLICO, 9 7 93
Porto Amboim e "isolar por completo a capital angolana", informação prestada por Mário Baptista, um guerrilheiro que desertou no fim de semana.

"Deserção" em Lisboa

Uma outra deserção, de sentido inverso, foi ontem anunciada em Lisboa. O capitão de Mar e Guerra Amadeu Chitekulu, militante da UNITA mas integrado no Estado-Maior da Marinha angolana, comunicou ontem em conferência de imprensa a sua deserção.

Chitekulu encontra-se em Portugal há cerca de duas semanas onde tem frequentado um estágio nas Forças Armadas Portuguesas. Aquele oficial adiantou ir pedir asilo político a Portugal e afirmou que com esta sua atitude coloca "em risco a vida de milhares de colegas e familiares". ■

Polícia mata português

O COMERCIANTE português Alberto Augusto Dias Saldanha foi sexta-feira assassinado, quando alguns polícias apareceram de madrugada em sua casa, na cidade de Lucapa, província da Lunda-Norte, com o aparente intuito de o roubar — contou ontem à agência Lusa um seu familiar, que conseguiu fugir depois de espancado pelos assaltantes.

Foram já detidos quatro dos

PÚBLICO, 11 7 93

polícias, enquanto um quinto agressor, que ia à paisana, continua a ser procurado. E o corpo de Alberto Saldanha, que tinha pastelarias em Luanda e fazia comércio na Lunda-Norte, vai seguir em breve para Lisboa.

Por outro lado, fonte policial disse à mesma agência que mais de 100 estrangeiros, na sua maioria zairenses, malianos, senegaleses e koweitianos, vão ser expulsos precisamente daquela província, sob a alegação de que ali se dedicavam ao tráfico ilegal de diamantes.

Entretanto, na Lunda-Sul, houve sexta-feira combates nos arredores da cidade de Saurimo, tendo sido abatidos oito elementos da UNITA e detidos cinco. Tal como também há notícia da continuação da guerra no Cuanza-Sul (designadamente

te na zona da Gabela), no Bié, no Cuando Cubango e em outras zonas de Angola.

As Forças Armadas Angolanas disseram ter recobrado ontem a comuna de Lola, no município de Bibala, nordeste da província de Namibe, junto à fronteira com a província da Huíla, e morto uma dezena de homens da UNITA, que há cinco meses ocupava a localidade.

O porta-voz do Presidente José Eduardo dos Santos, Aldeiro da Conceição, aplaudiu a decisão tomada quinta-feira pelos observadores do processo angolano, que autoriza o Governo a comprar armas para fazer frente ao partido de Jonas Savimbi. E manifestou a esperança de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprove agora sanções con-

tra o grupo rebelde, cuja presença é sentida em mais de 80 por cento do território angolano.

Para o Zimbábue, aparentemente a fim de solicitar material de guerra, seguiu já o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, enquanto nos próximos dias o Conselho de Segurança deverá decidir se a ONU continua ou não a manter uma operação em Angola, terminando que é em 15 de Julho o mandato da Unavem II.

Recorde-se que a UNITA considerou hipócrita e ambígua a atitude que os observadores dos Estados Unidos, Rússia e Portugal tomaram quanto ao processo angolano, reconhecendo ao Governo "o legítimo direito de se defender".

OBSERVADORES AVISAM A UNITA — Os observadores do processo de paz angolano, ontem reunidos em Moscovo, instaram a UNITA a parar com as acções militares e de intimidação do pessoal das Nações Unidas no território. Segundo a agência Itar-Tass, citada pela Reuter, os representantes dos Estados Unidos, Portugal e Rússia condenaram a organização rebelde angolana pelos "ataques e ocupações dos territórios controlados pelo governo legítimo do país". Forças rebeldes flagelaram ontem Waku Kungo, província do Cuanza Sul, na mesma altura em que atacava a cidade de Gabela, onde os confrontos prosseguiram, violentos, ao fim da tarde, disse uma fonte não oficial contactada pela agência Lusa em Luanda. As forças governamentais estariam em vantagem, segundo a mesma fonte, mas preocupadas com a possibilidade de a UNITA recorrer à sua antiga tática concentrando o grosso das suas tropas nos sectores menos guarnecidos pelas tropas de Luanda. A organização rebelde desmentiu entretanto uma informação governamental segundo a qual mais de dois mil guerrilheiros teriam morrido na tentativa de ocupar a cidade do Cuito (ex-Silva Porto), capital da província do Bié.

PÚBLICO, 9 7 93

I M P R E S S O